

*Negacionismo e autoritarismo:  
diálogos sensíveis em tempos difíceis*

Luciano Aronne de Abreu

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

---

ABSTRACT

---

Jair Bolsonaro's election and the rise of the far-right in Brazil are not isolated events but a resurgence of a long-standing authoritarian tradition from the 20th century, marked by the Vargas Era (1930-1945) and the Military Dictatorship (1964-1985). Between 2018 and 2022, Brazil experienced a transition to authoritarianism, with threats to freedom of speech, the press, and the electoral process. The aim is to place Bolsonaro's government in the context of Brazilian authoritarianism and understand what is new in 21st-century authoritarianism.

**Keywords:** Denialism, Authoritarianism, Bolsonarism, Far-Right, New Right, Dictatorship.

A eleição de Jair Bolsonaro e a ascensão da extrema-direita ao poder no Brasil não são um fato isolado, mas a retomada de uma longa tradição autoritária do século XX, marcada pela Era Vargas (1930-1945) e a Ditadura Militar (1964-1985). Entre 2018 e 2022, o Brasil viveu uma transição ao autoritarismo, com ameaças à liberdade de expressão, à imprensa e ao processo eleitoral. O objetivo é situar o governo Bolsonaro no contexto do autoritarismo brasileiro e compreender o que é novo no autoritarismo do século XXI.

**Palavras-chave:** Negacionismo, Autoritarismo, Bolsonarismo, Extrema-Derecha, Nueva Derecha, Dictadura.

---

É inegável que se vive hoje em tempos difíceis, sendo essa uma das raras percepções comuns a pessoas de todos os estratos socioeconômicos e espectros político-ideológicos de diferentes países, devido aos múltiplos efeitos da pandemia de COVID-19, que se estendeu por mais de dois anos; às guerras da Ucrânia e entre Israel e Palestina, ainda sem previsão de término; aos efeitos cada vez mais intensos e frequentes do aquecimento global, tais como secas prolongadas e enxurradas devastadoras; ou ainda ao crescimento, em todos os continentes, de líderes e regimes políticos de direita ou de extrema-direita, que ameaçam, declaradamente, alguns dos valores mais caros à democracia, tais como a liberdade de expressão e de imprensa, a tolerância e o respeito às diferenças (de religião, étnico-raciais, sexual e de gênero etc.), o sistema eleitoral e a alternância de poder, a divisão de poderes, o respeito às leis e às instituições, por exemplo.

No caso brasileiro, apenas para que se tenha uma ideia, o número de mortes pela COVID-19 em meados de 2022 ultrapassou 670 mil pessoas (Reis 2023); e o número total de desabrigados devido às chuvas e enxurradas que então devastaram o país ultrapassou 230 mil pessoas, com mais de 450 mortos em todas as regiões (Croquer 2022), sendo mais de 200 em Petrópolis (fevereiro/2022) (Marques 2022) e 120 em Recife (maio/2022) (Barros 2022); ainda sobre a questão climática, deve-se destacar que em 2024 o Rio Grande do Sul sofreu a maior tragédia de sua história, talvez da própria história do Brasil, com tempestades que afetaram cerca de 2,3 milhões de pessoas em 471 municípios gaúchos, ou seja, quase 95% das cidades do Estado, deixando 184 mortos, 25 desaparecidos e 79 mil pessoas desabrigadas – as chuvas arrastaram ou alagaram completamente as suas casas<sup>1</sup>. De modo a agravar ainda mais essa situação, de 2018 a 2022, o Brasil viveu sob o governo de um presidente de perfil não apenas autoritário, mas também negacionista, para quem a pandemia não foi mais que uma “gripezinha”<sup>2</sup>; a crise econômica não é de sua responsabilidade, mas das restrições impostas por governadores e prefeitos devido à pandemia (UOL 2022a), ou causada pelos aumentos então realizados pela Petrobras no preço dos combustíveis (UOL 2022b); e o aquecimento global, o desmatamento e as queimadas da Amazônia não existem (Correio Braziliense 2021).

Dito isso, ainda que não se neguem a extensão e a gravidade de todos os problemas acima citados a título de exemplo, pode-se dizer que os “vírus” mais letais que o Brasil enfrentou naquele contexto e que tornou os nossos tempos ainda

---

<sup>1</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sul/rs/alagamentos-destruicao-e-183-mortes-relembre-a-tragedia-das-chuvas-no-rs-que-marcou-2024/>. Para um balanço da tragédia, ver <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/1-ano-de-enchente-rs/noticia/2025/04/29/antes-e-depois-um-ano-apos-enchente-no-rs-veja-como-estao-lugares-atingidos-pela-inundacao.ghtml>.

<sup>2</sup> Dois momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega. *BBC News Brasil* [online]. 27-11-2020. [Consulta: 11-07-2022]. Disponível em: <[www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536](http://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536)>.

mais difíceis são os do negacionismo e do autoritarismo, que, como foi o caso do Brasil de Bolsonaro, caracterizam-se pela ausência de qualquer tipo de política ou de projeto nacional (de saúde, educação, cultura, meio ambiente, desenvolvimento econômico etc.), exceto o de destruir a democracia e suas instituições e implantar no país um regime de tipo autoritário e personalista, hierárquico e socialmente excludente, como se verá melhor ao longo dessas reflexões.

### Os conceitos de negacionismo e autoritarismo

Em primeiro lugar, em sintonia com Reinhart Koselleck (Koselleck 2006), deve-se lembrar que os conceitos não são apenas descritores ou um registro da realidade, mas também agentes que a modificam, eles estabelecem o horizonte do que é possível experimentar e os limites desse horizonte; conceitos são construções sociais que mudam com o tempo, refletindo as experiências e as expectativas de uma determinada época. Nesse sentido, porém, o que se pretende a seguir não é exatamente fazer uma história dos conceitos de negacionismo e autoritarismo, nos termos propostos pelo historiador alemão, mas, tão somente, destacar alguns dos seus usos e sentidos ao longo do século XX e, no caso brasileiro, melhor compreender o contexto político mais recente de ascensão da extrema-direita no país e seu projeto de poder.

Quanto ao negacionismo, embora se refira a uma prática e uma política diretamente associadas à direita ou à extrema-direita autoritárias, deve-se observar que não se trata de sinônimos nem de uma exclusividade desse espectro político.

Na definição de Luís Edmundo de Souza Moraes, o termo *negacionismo* “descreve um campo ou uma variante propriamente ‘intelectual’ de movimentos de extrema-direita do pós-Segunda Guerra Mundial” que se constituiu com o objetivo de negar as atrocidades nazistas e sua política de extermínio e, com isso, “superar o peso social e as barreiras sociais à expansão da extrema-direita no mundo contemporâneo” (2013). Por outro lado, complementa Moraes, “o termo define também uma ‘prática’ instrumental que serve a propósitos diversos daqueles do neonazismo, sendo usada por grupos diversos” (2013), como se tem observado mais recentemente no caso brasileiro. De forma complementar, Odilon Caldeira Neto diz que o negacionismo surge como “uma tentativa intolerante e predatória da memória da Segunda Guerra Mundial” (2009, 1107), sendo hoje uma das maiores expressões do antissemitismo da extrema-direita, mas sua origem estaria associada a personagens da esquerda francesa, como Pierre Guillaume e Paul Rassinier, sendo o primeiro fundador da livraria e editora anarcomarxista *A Velha Toupeira* (La Vieille Taupe) e membro do grupo Socialismo ou Barbárie, e o

segundo, membro da Seção Francesa da Internacional Socialista (SFIO) e prisioneiro nos campos de concentração de Buchenwald e Dora-Nordhausen.

Já o termo *autoritarismo*, na clássica concepção do *Dicionário de política*, de Norberto Bobbio, Matteucci e Pasquino (1993, 94) é geralmente empregado em três diferentes contextos: a) na tipologia dos sistemas políticos, em referência aos

[...] regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas;

b) nas disposições psicológicas a respeito do poder, referindo-se a uma personalidade de tipo autoritário que acopla duas atitudes estreitamente ligadas entre si: de um lado, “a disposição à obediência preocupada com os superiores [...]”, de outro “a disposição em tratar com arrogância e desprezo os inferiores hierárquicos e em geral todos aqueles que não têm poder e autoridade” (94);

c) no tocante às ideologias políticas, sendo autoritárias aquelas ideologias que negam

[...] a igualdade dos homens e colocam em destaque o princípio hierárquico, além de propugnarem formas de regimes autoritários e exaltarem amiudadas vezes como virtudes alguns dos componentes da personalidade autoritária. (94)

A esse respeito, contudo, como bem esclarecem os autores, não é obrigatório que esses três aspectos do autoritarismo estejam sempre e necessariamente presentes ao mesmo tempo, sendo o grau e a frequência com que se manifestam juntos ou separados pacientemente determinados “através da investigação empírica” (95), como pode ser também ilustrativo o caso brasileiro.

Ainda sobre o conceito de autoritarismo, deve-se também referir a definição de Juan Linz, para quem esse sistema político não apenas se coloca entre os sistemas democrático e totalitário, mas se constitui num sistema político próprio, por ele definido como um sistema político “com pluralismo político limitado, não responsável, sem ideologia orientadora e elaborada, mas com mentalidades distintas, sem mobilização política extensiva ou intensiva, exceto em alguns pontos do seu desenvolvimento, e no qual um líder ou, ocasionalmente, um pequeno grupo exerce o poder dentro de limites formalmente mal definidos, mas, na realidade, bem previsíveis”, como parece ser o caso do Brasil de Bolsonaro – pelo menos naquilo que pretendia o ex-presidente, o que de fato não se consumou após sua derrota eleitoral de 2022.

Nos termos acima referidos por Bobbio, Matteucci e Pasquino, portanto, parece não haver dúvida quanto à personalidade autoritária do ex-presidente e

dos seus apoiadores – um, sempre disposto a tratar com arrogância e desprezo todos os que considera inferiores e inimigos; outros, com grande disposição à obediência e à exaltação do seu líder – e quanto à ideologia autoritária por eles difundida, que despreza os valores de igualdade e tolerância e exalta as práticas autoritárias e de tortura do regime de 1964, além dos componentes autoritários da personalidade do ex-presidente, ainda que sem um grau maior de elaboração ou refinamento teórico-doutrinário das suas ideias. Além disso, nos termos de Juan Linz, não há dúvida também quanto à pretensão de Bolsonaro de limitar o pluralismo político do país e se impor como líder personalista da Nação, a quem seus apoiadores chamavam de “mito”.

Apesar disso, o Brasil se manteve como um país democrático e Bolsonaro foi regularmente sucedido no poder pelo novo Presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva (2022), mas não sem sofrer importantes abalos nos seus valores e instituições pelos constantes ataques do ex-presidente e de seus apoiadores à liberdade de imprensa, ao sistema eleitoral e ao Poder Judiciário, bem como pelo comprometimento de parte do Parlamento e das Forças Armadas com suas palavras e ações agressivas, o que culminou nos violentos ataques realizados contra a sede dos Três Poderes em Brasília no dia 8 de janeiro e ainda hoje causa certa apreensão quanto à posição de importantes líderes políticos e militares.

Parece não haver dúvida também de que, naquele contexto, o Brasil viveu tempos de transição ao autoritarismo, o que, por um lado, não é um fato isolado em nossa história: já vivemos processos semelhantes no caso das ditaduras de Vargas (1930-1945) e dos militares (1964-1985); mas, por outro lado, deve-se lembrar que a história não se repete (nem mesmo como farsa) e que os processos históricos não são lineares nem previamente determinados, ou seja, a ditadura pretendida por Bolsonaro não se constitui num futuro inexorável para o país. A esse respeito, Valdeci Araújo (2017, 207-208) lembra muito bem o nosso compromisso, como historiadores, de combater pelo direito à história, ou seja, pelo “acesso às condições plenas de desenvolvimento e experiência da nossa condição humana, e não uma espécie de difusão de versões simplificadas de caráter pragmático a serviço de projetos de Estados, nações, especialistas ou mercados”. Para tanto, diz ele, a democracia e a verdade são condições

[...] para a universalização do direito à história que devem orientar o historiador em sua função social de curador de histórias. Isso nos permitiria desqualificar qualquer discurso histórico que tenha como pressuposto a negação desses valores. (2017, 213)

Nesse sentido, portanto, como forma de luta pelo direito à história, atualmente subtraído de tantos indivíduos pela política negacionista e autoritária do governo, e para fins de melhor compreensão dos nossos tempos tão difíceis, especialmente

no que diz respeito ao caso brasileiro, deve-se olhar com cuidado e atenção para o nosso já citado passado ditatorial e identificar os seus possíveis pontos de contato e de afastamento; ou seja: o que há de novo no autoritarismo à brasileira do século XXI?

### **Longo autoritarismo no Brasil**

Há certamente muitos pontos de contato entre as ditaduras brasileiras do século XX e o autoritarismo bolsonarista do século XXI. Entre eles, mas sem que se pretenda ser exaustivo nessa enumeração, podem-se citar os seguintes exemplos: os ataques à “velha República” ou à “velha política”; a desqualificação dos partidos políticos, do sistema eleitoral e da representação parlamentar; o ideal de sobreposição do Executivo em relação aos demais poderes (ou até mesmo a defesa do seu fechamento); o discurso de moralização da política e dos negócios públicos; o discurso nacionalista e patriótico; a exaltação do líder como alguém excepcional (pai dos pobres, “mito”) e acima dos interesses de facções; os ataques à imprensa e a censura às liberdades de opinião e às manifestações culturais, em geral (por meio de órgãos institucionalmente criados para esse fim ou por outros meios e formas de constrangimento financeiro, político, moral ou de ataques em massa via redes sociais); e até mesmo o combate a uma suposta ameaça comunista, que parece sempre pairar sobre o Brasil. Além disso, deve-se destacar que esses regimes (Vargas, militares e Bolsonaro) também têm em comum o fato de se autodefinirem como democráticos, não exatamente em sua acepção liberal-democrática, mas num sentido certamente peculiar de democracia.

De forma muito breve, apenas a título de exemplo, Vargas e os intelectuais do seu regime diziam que o Estado Novo se tratava de uma “Democracia Autoritária”<sup>3</sup>, como a definia Oliveira Viana<sup>4</sup>, ou seja, a “democracia fundada na autoridade e não mais na liberdade”, que conferia aos cidadãos direitos civis e não

---

<sup>3</sup> Deve-se destacar que todas as citações aqui realizadas sobre o conceito de “Democracia Autoritária” foram feitas a partir da 2ª edição da obra “O Idealismo da Constituição”, revisada e aumentada por Oliveira Viana já durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, publicada em 1939. Sua primeira edição é de 1927, ou seja, uma década antes do golpe que implantaria esse regime e, naquele contexto, o autor ainda não havia desenvolvido esse conceito, nem poderia tomar o Estado Novo como modelo para suas reflexões, como ocorreu em sua edição de 1939.

<sup>4</sup> Francisco José de Oliveira Viana (1883-1951), jurista de formação, foi autor de extensa obra de caráter não apenas jurídico, mas também de interpretação do Brasil desde os tempos coloniais até meados do século XX, pouco antes de sua morte. Atuou como Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho entre 1932 e 1940, constituindo-se no principal mentor da legislação social brasileira, da regulação sindical e criação da Justiça do Trabalho no Brasil. Dentre suas principais obras pode-se citar: Populações Meridionais do Brasil (1920), O Idealismo da Constituição (1927), Problemas de Política Objetiva (1930), Problemas de Direito Corporativo (1938), Problemas de Direito Sindical (1943) e Instituições Políticas Brasileiras (1949)

apenas políticos, como diziam ocorrer nas democracias liberais (Viana 1939, 149). No caso brasileiro, porém, ao contrário dos exemplos italiano e alemão, Oliveira Viana dizia que a nossa democracia não deveria se constituir num regime de “partido único” (o que se desvirtuaria num regime de “oligarquia única”), mas num regime de “presidente único”, “[...] que não divida com ninguém a sua autoridade; do presidente em quem ninguém mande; do presidente soberano, exercendo, em suma, o seu poder em nome da nação, só a ela subordinado e só dela dependente” (1939, 203-204).

Ainda segundo Viana, essa nova lógica política não estaria baseada em uma ideologia antidemocrática, mas fundada em nossa experiência anterior, quando a Câmara havia se tornado “o encontro dos politicalhos mais graduados dos estados” (146), e, portanto, a extinção dos partidos e a implantação no país de uma “Democracia Autoritária” seriam “um ato do mais puro realismo político” (195), em nome da unidade nacional e do princípio de autoridade. De forma curiosa, portanto, Vargas não negava o caráter autoritário do seu regime, mas o definia, de maneira positiva e democrática, como um inédito “autoritarismo democrático”, supostamente um meio-termo entre o individualismo liberal e o comunismo.

Os militares, ao contrário, procuraram desde sempre negar o caráter golpista da sua tomada do poder em 1964 e manter uma fachada institucional de normalidade democrática no país durante os 21 anos do seu regime ditatorial. No primeiro caso (o golpe), o Exército Brasileiro publica até hoje uma Ordem do Dia alusiva ao movimento de 31 de março, que os militares chamam de Revolução de 1964, sempre justificada pela defesa da liberdade e da democracia contra a ameaça comunista então representada pelo governo de João Goulart. No segundo caso (a normalidade democrática), em que pesem os seus inúmeros atos de censura (política, moral e cultural); cassação; violência e tortura de opositores; fechamento do Congresso Nacional (1966, 1968 e 1977); supressão das eleições diretas para o Executivo; e utilização de Decretos-Leis ou Atos Institucionais como forma monocrática de legislação pelo Poder Executivo, os militares sempre buscaram manter o seu regime sob uma fachada constitucional e institucional de tipo liberal-democrático, do que seriam exemplos a alternância de poder entre os generais-presidentes; a instituição do bipartidarismo como forma de expressão dos interesses políticos de governo e oposição e de preservação da sua representação parlamentar; e a realização de eleições parlamentares sob estrita regulação das campanhas. O autoritarismo dos militares e suas práticas repressivas, portanto, seriam justificados como uma espécie de meio para um fim, qual seja, a preservação da democracia contra as ações subversivas de comunistas que ameaçavam a ordem nacional. Em outras palavras, ao contrário de Vargas e do Estado Novo, os militares não definiam a si próprios e ao seu regime como autoritários, embora reconhecessem a necessidade de adotar medidas repressivas

e manter um regime forte em nome da ordem e da segurança nacional, sendo esse um “autoritarismo instrumental”, de acordo com o conceito de Wanderley Guilherme dos Santos<sup>5</sup>.

Jair Bolsonaro, por sua vez, embora tenha sido submetido aos limites de um regime democrático, exaltou durante todo o seu governo os anos da Ditadura Militar como uma espécie de exemplo ou ideal do que seria para ele uma democracia, que parece se definir tão somente pelo seu desejo de uma forte concentração de poderes no Executivo, pela liberdade irrestrita de sua opinião, sem qualquer tipo de limite ou regulação institucional-legal, e pelo livre armamento da população, ainda que as principais resultantes disso sejam a difusão de discursos de ódio e notícias falsas<sup>6</sup> e o aumento da violência física e verbal em todos os âmbitos e estratos da sociedade brasileira<sup>7</sup>. Sobre a Ditadura Militar, de um lado, Bolsonaro exalta o seu caráter supostamente democrático e desenvolvimentista; de outro, ratifica o discurso da necessidade de ações repressivas do regime contra supostas ameaças comunistas à ordem e à democracia nacional. No primeiro caso (o seu caráter democrático), Bolsonaro disse que no dia 31 de março de 1964 não aconteceu nada, “nenhum presidente da República perdeu o mandato nesse dia. O Congresso, com quase 100% dos presentes, elegeu Castelo Branco presidente à luz da Constituição” (UOL 2022c). Mais ainda, disse também que o Brasil não seria nada sem as obras do seu regime,

---

<sup>5</sup> O conceito de autoritarismo instrumental foi cunhado por Wanderley Guilherme dos Santos a partir de sua análise da práxis do liberalismo no Brasil, com base na obra de Oliveira Viana. O autoritarismo instrumental de Oliveira Viana seria diferente do autoritarismo doutrinário de autores como Francisco Campos, Azevedo Amaral e Plínio Salgado, por exemplo. Nessa perspectiva, diz Wanderley Guilherme dos Santos, autoritários instrumentais como Oliveira Viana acreditavam que “o exercício autoritário do poder é a maneira mais rápida de se conseguir edificar uma sociedade liberal, após o que o caráter autoritário do Estado pode ser questionado e abolido” (SANTOS, 1978). Esse é o sentido aqui atribuído à visão dos militares sobre o seu próprio regime, ainda que não se pretenda aprofundar essa discussão, dada sua complexidade e os limites desse estudo. Para saber mais ver: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.

<sup>6</sup> Preocupado com a grande difusão de notícias falsas, as chamadas *fake news*, e com o seu impacto nas eleições de 2022, o TSE criou uma página especial em seu *site* para desmentir esse tipo de desinformação: TSE. Pílulas contra a desinformação: TSE tem página especial para desmentir *fake news*. *Tribunal Superior Eleitoral* [online]. 30-06-2022. [Consulta: 16-07-2022]. Disponível em: <[www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Junho/pilulas-contr-a-desinformacao-tse-tem-pagina-especial-para-desmentir-fake-news](http://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Junho/pilulas-contr-a-desinformacao-tse-tem-pagina-especial-para-desmentir-fake-news)>.

<sup>7</sup> Os casos de violência política no Brasil cresceram 335% nos últimos três anos, sem contar outros tipos de violência sexual, racial ou de gênero, por exemplo. Os dados de violência política no país podem ser consultados em: STABILE, Arthur. Com 214 casos em 2022, violência política cresceu 335% no Brasil em três anos. *G1* [online]. 13-07-2022. [Consulta: 16-07-2022]. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/07/13/com-214-casos-em-2022-violencia-politica-cresceu-335percent-no-brasil-em-tres-anos.ghtml>>.

“seríamos uma republiqueta”; “o que seria da Amazônia sem Castelo Branco, que criou a Zona Franca de Manaus?” (UOL 2022c). No segundo caso (suas ações repressivas), em mais de uma ocasião, o ex-presidente manifestou sua aprovação e sua exaltação às práticas de repressão e tortura de opositores pelos militares. Em 2016, ainda como deputado federal, Jair Bolsonaro disse que proferia o seu voto favorável ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff “pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff [...] o meu voto é sim” (abril de 2016) (Carta Capital 2018). Naquele mesmo ano, em entrevista ao programa Pânico da rádio Jovem Pan, disse: “O erro da ditadura foi torturar e não matar” (julho de 2016) (UOL 2022c). Quanto ao seu próprio governo, Bolsonaro disse sempre “jogar dentro das quatro linhas da Constituição”, em que pesem os seus inúmeros ataques ao Poder Judiciário e ao sistema eleitoral, chegando inclusive, por exemplo, a chamar de “canalha” o Ministro Alexandre de Moraes, do STF e do TSE, dizendo que não mais cumpriria as suas decisões (Behnke, Barbosa 2021).

A democracia de Bolsonaro, portanto (ou melhor seria a democracia sob Bolsonaro?), reveste-se de uma forte tendência autoritária, mas não exatamente a “Democracia Autoritária” de Vargas nem mesmo a democracia de fachada dos militares, visto que o seu governo não apenas se inseriu num contexto muito distinto dos tempos dos Fascismos e da Guerra Fria, mas também porque manteve-se limitado pela capacidade de reação e resistência de importantes setores da sociedade e das nossas instituições democráticas. Dessa forma, apesar dos seus inúmeros pontos de contato com as ditaduras brasileiras do século XX – nos termos de uma longa tradição conservadora e autoritária brasileira (e não como um ponto fora da curva) –, deve-se reconhecer que o autoritarismo de Bolsonaro ainda precisa ser mais bem compreendido em seus próprios termos, por aquilo que ele tem de diferente em relação àqueles regimes.

### **Negacionismo e autoritarismo de Bolsonaro**

Para além das suas óbvias diferenças contextuais e de existir sob um regime ainda democrático, o autoritarismo de Bolsonaro difere também do de Vargas e dos militares por sua forma de corrosão da democracia, não mais através de um golpe de Estado, mas por meio das próprias eleições e das regras do jogo democrático; e ainda mais pelo uso de um discurso desconexo e negacionista (ao invés de uma ideologia razoavelmente articulada), que se constitui em uma nova forma de comunicação e de política do seu governo, não exatamente em uma manifestação de sua fraqueza.

No primeiro caso, a forma de corrosão da democracia por Bolsonaro parece se alinhar ao que ocorreu também em países como a Turquia de Recep Erdogan, a

Polônia de Andrzej Duda, a Venezuela de Hugo Chávez e Nicolás Maduro e também os Estados Unidos de Donald Trump, que, como bem definiram os cientistas políticos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (Levitsky, Ziblatt 2018), foram corroendo os valores e o próprio sistema democrático dos seus países de forma “sutil e incremental”. Isso porque, segundo eles, para além das suas regras formais e escritas, as tais “quatro linhas da Constituição”, nas quais Bolsonaro diz jogar, a sobrevivência da democracia e o seu bom funcionamento dependem também do respeito às suas regras não escritas, quais sejam, a tolerância mútua e a reserva ou a tolerância institucional (*forbearance*, na expressão em inglês). A primeira delas se refere ao respeito do outro como adversário, não como um inimigo a ser combatido (ou abatido), reconhecendo-se o seu direito de existir, competir pelo poder e governar; já a segunda corresponde aos necessários autocontrole e tolerância do governante na aplicação da lei, de modo a não desvirtuar o seu espírito, como no caso dos limites à liberdade de expressão, por exemplo. Ainda de acordo com Levitsky e Ziblatt (2018, 33), a fim de defender a democracia antes que seja tarde, os cidadãos devem estar alertas aos seguintes sinais de um candidato (ou presidente) autoritário: a) rejeição explícita da democracia, das suas regras e instituições; b) tolerância e estímulo à violência; c) deslegitimação dos oponentes, tidos como inimigos; d) não reconhecimento de liberdades/direitos civis dos oponentes. Em sentido semelhante, Robert Dahl diz que o sistema democrático não é dado, mas construído e, portanto, pode ser também destruído, como se tem observado nos países acima referidos. Em sua opinião, a segurança e a manutenção do sistema dependem de condições políticas específicas, que a cena política seja caracterizada por baixos custos de tolerância política e, por outro lado, por altos custos de repressão política (Dahl 1997, 37), ou seja, exatamente o contrário do que se tem observado no jogo político brasileiro desde 2013 e especialmente após a eleição presidencial de Jair Bolsonaro, em 2018.

Nesse sentido, em que pesem as formalidades democráticas ainda existentes no Brasil de Bolsonaro, são inúmeros os exemplos de sua intolerância às regras formais e informais da democracia, em contraponto à sua crescente tolerância com a violência. Entre eles, além das suas já citadas apologias ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e às práticas de tortura da Ditadura Militar, podem-se também citar suas manifestações contra as minorias, ao afirmar que “somos um país cristão. Não existe essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão. Vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias têm que se curvar às majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem” (evento na Paraíba, gravado e publicado no YouTube, 2017) e que “isso não pode continuar existindo. Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitada da mulher, coitado do *gay*, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Vamos acabar com isso” (entrevista à TV Cidade Verde, do Piauí, 2018) (Carta Capital 2018); ou contra as oposições, ao

afirmar que “vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre. Vou botar esses picaretas pra correr do Acre. Já que gosta tanto da Venezuela, essa turma tem que ir para lá” (comício de campanha em Rio Branco, 2018) (Carta Capital 2018); ou a favor da violência policial e do livre armamento da população, ao dizer que “[o policial] entra, resolve o problema e, se matar 10, 15 ou 20, com 10 ou 30 tiros cada um, ele tem que ser condecorado, e não processado” (entrevista ao Jornal Nacional, 2018) (Carta Capital 2018) e que “eu quero todo mundo armado. Que povo armado jamais será escravizado” (cerimônia no Palácio do Planalto, 2019) (Diário De Notícias 2021); ou ainda contra o sistema eleitoral e as eleições de 2022, ao dizer que

[...] o nosso Exército, que são vocês, né, não vai aceitar acontecer o que ocorreu em outros países, porque depois para retornar, pessoal. [...] não dá para termos eleições como está aí. [...] vai ganhar a eleição quem tem voto. Se não for dessa maneira, poderemos ter problemas em 22 (ameaças à sucessão presidencial, 2021). (Soares 2021)

Dito isso, portanto, parece não haver nenhuma dúvida do caráter autoritário do seu governo e da ameaça real que Bolsonaro representa à democracia brasileira. A esse respeito, como bem sintetiza Rodolfo Palazzo Dias “quando o cárcere se torna um recurso político disponível para determinado ator, os custos de tolerância se elevam drasticamente” (2020); por outro lado, os custos de repressão caem também de forma drástica ao se tornar aceitável desrespeitar as instituições, fuzilar o inimigo, fazer desaparecer as minorias ou armar toda a população, como se viu acima nas falas do próprio ex-presidente.

No segundo caso, quanto ao discurso desconexo e negacionista de Bolsonaro, deve-se observar que o ex-presidente não se propõe a construir um projeto de futuro para o país, como seria de esperar de qualquer governo, mas, conforme ele mesmo afirmou em jantar realizado na residência do embaixador brasileiro em Washington, no dia 17 de março de 2019, “o Brasil não é um terreno aberto, onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo [...]. Nós temos é que desconstruir muita coisa, desfazer muita coisa para depois começarmos a fazer” (Starling, Lago e Bignotto 2022, 12). Nesse sentido, como nos sugerem Heloísa Starling, Miguel Lago e Newton Bignotto em seu recente estudo *Linguagem da destruição*, ainda que nem todas as suas ações sejam exatamente calculadas e pautadas por um projeto racional, deve-se reconhecer que o governo Bolsonaro apresenta como plano inédito de governo um projeto de destruição do país e, portanto, “o observador externo pode ser levado a concluir que o governo sabe o que quer e que a desconstrução tem método” (2022, 12), o que inclui normalizar crises superpostas, para manter aceso um clima de estresse institucional e facilitar o seu trabalho de destruição; e indicar inimigos das próprias instituições para o

seu comando, de modo a contribuir para a desconstrução do Estado, como foi o caso dos ministérios da Educação, da Cultura e do Meio Ambiente, por exemplo. Ainda segundo eles, o método de destruição de Bolsonaro também se utiliza da linguagem como uma das suas principais ferramentas, sendo uma linguagem truculenta, com frases mal articuladas e de repertório limitado:

[...] o governante diz uma coisa só, repetidamente, em volume máximo. O objetivo é a transformação do divergente em inimigo. Mas com um detalhe: é preciso envilecer o inimigo. O aviltamento da linguagem serve como índice de degradação das normas e dos princípios que regem a República e a democracia. (2022, 12)

Em sentido semelhante, Leonardo Avritzer (Avritzer 2020, 19) define a estratégia de governo de Bolsonaro como “antipolítica”, ou seja, uma reação “à ideia de que instituições e representantes eleitos devem discutir, negociar e processar respostas a temas em debate no país. A antipolítica constitui uma negação de atributos como negociação ou coalizão”. Marcos Nobre (Nobre 2020, 15-16), por sua vez, diz que o governo Bolsonaro converteu “a guerra contra o sistema político e suas instituições em estratégia de governo, fazendo do caos o seu método de apresentar-se como a solução para os problemas que ele mesmo cria”, sendo sua posição antissistema inseparável do seu projeto autoritário.

Nesse sentido, portanto, se estamos diante de um novo projeto autoritário (de destruição) e de uma nova linguagem (negacionista), precisamos “trocar os óculos” para entender o fenômeno Bolsonaro, como bem nos alerta Miguel Lago (Lago, 2022). Não é mais possível continuarmos a analisar o seu governo apenas sob os conceitos de fascismo, neofascismo, populismo ou mesmo de biopolítica e necropolítica, como têm feito muitos historiadores e cientistas políticos, ou a reportar “as ações desse governo como reportaria as ações de qualquer outro”, como tem feito a imprensa nacional. Segundo Lago: “Bolsonaro emergiu com a autoproclamada ‘nova política’, e os arautos da ‘velha política’ não têm os óculos adequados para enxergá-lo. E aquilo que não é visto nem nomeado não pode ser devidamente enfrentado” (2022, 21).

Como alternativa à melhor compreensão desse fenômeno, pode-se aqui tomar de empréstimo a reflexão proposta por Miguel Lago a partir de métodos oriundos não da Ciência Política, mas do ativismo político<sup>8</sup>, considerando-se que “o ex-capitão é um brilhante ativista, e as fontes teóricas do ativismo podem ajudar a compreender parte do seu sucesso político” (Lago 2022, 21). Assim, de modo a explicar as três diferentes estratégias dos ativistas, Lago (2022, 21-22) apropria-se

---

<sup>8</sup> Os conceitos e as reflexões propostos por Miguel Lago sobre o ativismo político são baseados neste estudo: ALINSKY, Saul. *Rules for Radicals*. Nova Iorque: Random House, 1970. Ao longo deste texto, entretanto, as referências serão feitas sempre à apropriação de suas ideias realizada por Miguel Lago e à sua aplicação ao caso de Jair Bolsonaro.

da metáfora de Saul Alinsky sobre o rosto – a primeira se refere aos “olhos”: “ela busca mostrar visualmente para o adversário o poder de mobilização, como, por exemplo, reunir milhares de pessoas nas ruas”; a segunda se refere aos “ouvidos”: “se o *organizer* [ativista] não dispuser de um grande contingente de pessoas para demonstrar poder ao adversário, será necessário fazer o máximo de ruído possível”; e a terceira se refere ao “nariz”: “se a sua organização for pequena demais até para fazer barulho, tente provocar nojo – o que remete a estratégias performáticas, simbólicas, ou ainda à ação direta”. No caso de Bolsonaro, diz Mario Lago, é certo que o ex-presidente se faz ver, “mas seus adversários parecem enxergá-lo borrado ou acometidos de miopia (categoria ‘olhos’), e escutam um forte estrondo sem que possam distinguir bem a mensagem (categoria ‘ouvidos’)” (2022, 22). Quanto ao odor, este enoja os seus opositores “a ponto de os atordoar, não permitindo que de fato sintam Bolsonaro (categoria ‘nariz’)”, que projeta sempre para o outro uma imagem de fraqueza, não de poder. A seu ver, portanto, é justamente “nessa capacidade de ser malvisto, ouvido e sentido pelos adversários que Bolsonaro encontra sua maior força” (2022, 22).

A esse respeito, deve-se observar também que o ativismo de Bolsonaro e sua nova linguagem política se utilizam em larga medida da tecnologia das redes sociais, o que tem provocado importantes mudanças no discurso político da esfera pública e na relação de consentimento entre representante e representado. Isso porque o modelo de negócios de plataformas e redes sociais como Facebook, Twitter, WhatsApp e outras, a fim de conhecer melhor as preferências de consumo dos seus usuários, estimula que todos se manifestem e expressem suas opiniões sobre qualquer assunto, o que acaba por se constituir no que Lago (2022, 41) define como “império da opinião, no qual tudo o que é dito na esfera pública é da ordem da opinião. Ora, a riqueza do registro da opinião é que, por ser de caráter subjetivo, tudo aí se equivale”, todos podem se expressar de forma irrestrita, e nenhuma opinião deve prevalecer sobre as demais. Nesses termos, o representante “deixa de ser aquele que deveria exercer a função de representação dos interesses do representado para se tornar aquele que simplesmente concorda com ele” ou ainda aquele que “diz o que o representado gostaria de dizer e não pode”, como no caso de Bolsonaro, que se coloca diante dos seus apoiadores como uma espécie de “autoridade que chancela os preconceitos antes contidos ou latentes” na sociedade (2022, 45-46). A liberdade de expressão, portanto, constitui-se num valor fundamental para a extrema-direita bolsonarista, por ela entendida como o direito de expressar suas opiniões de forma irrestrita, de dizer “o que der na telha” sem qualquer tipo de restrição institucional-legal.

Em seus discursos e ações de governo (ou antigoverno), como uma espécie de “presidente-*influencer*”, Bolsonaro não apenas amplifica nas redes sociais a opinião e os preconceitos dos seus apoiadores, mas também pauta os seus

comportamentos não mais pela lógica da ação política em si mesma, mas pela dinâmica das redes sociais. Ao contrário da maioria da classe política, que usa essas mídias como “instrumento de comunicação a serviço do jogo político”, as declarações e os atos administrativos de Bolsonaro “estão todos a serviço das redes sociais”, uma estratégia típica do ativismo, que visa a “converter o apoio que tem nas redes *on-line* em mobilização *off-line* e constante e, por conseguinte, que esta alimente as redes” (2022, 49-50). De forma irônica, Miguel Lago diz que a extrema-direita brasileira parece ter lido Michel Foucault, considerando-se que o discurso de Bolsonaro não se dirige especificamente às instituições políticas tradicionais, mas diretamente

[...] a todo aquele que tem poder, ainda que seja um poder dentro de uma situação subalternizada. É o dono da birosca que tem poder sobre o garçom, o pastor de porta de garagem sobre seu fiel, o marido que deseja submeter sua esposa, o guarda da esquina que tem poder sobre os transeuntes, o motorista que tem poder sobre os pedestres e ciclistas, o cafetão que tem poder sobre a prostituta, entre tantos outros. Bolsonaro assobia para quem tem poder, e sua mensagem é clara: não tenha medo de exercê-lo. Não haverá limites para a realização de qualquer impulso, desde que circunscrito nessa microrrelação. O trabalhador se sentirá autorizado a descontar no corpo de sua esposa toda a opressão vivida na cidade, o garimpeiro, a desmatar sem se preocupar em ser pego, o motorista, a desrespeitar as regras de trânsito impunemente, o homofóbico, a espancar uma pessoa por sua orientação sexual. A senhora de classe média que não deseje pagar hora extra para a empregada doméstica se achará legitimada a fazê-lo. O discurso bolsonarista é feito visando a essa fronteira entre o indivíduo e as construções sociais que limitam os seus micropoderes do dia a dia.

[...] O bolsonarismo é pornográfico; é a promessa de um gozo pleno para todos aqueles que detêm algum nível de poder no país. A suspensão se dá primeiro na ordem do discurso, ao tornar tudo opinião. Em seguida, na destruição de todas as instituições cuja função é proteger os mais vulneráveis da ação dos mais “fortes”. (2022, 47)

Até meados de 2022, essa forma de atuação parecia estar trazendo importantes dividendos políticos para o ex-presidente, que, apesar do seu desempenho desastroso no combate à pandemia, no crescimento econômico, no controle da inflação e na geração de emprego e renda, e apesar das denúncias de corrupção, do crescimento da violência e do permanente estado de crise político-institucional vivido no país desde 2018, mantinha-se resiliente e com intenções de voto superiores a 25% do eleitorado (Datafolha 2022). Naquele contexto, embora já se pudessem observar sinais de desgaste na sua estratégia e Bolsonaro viesse a ser derrotado nas eleições de outubro, pode-se dizer que ele se manteve no papel de

“regente da orquestra, o diretor da peça”, como então definia Miguel Lago (2022, 53).

Dito isso, considerando-se as peculiaridades de Bolsonaro em relação às ditaduras brasileiras do século XX, sua nova linguagem e o caráter negacionista (antissistêmico) do seu autoritarismo, deve-se questionar: o que podemos fazer, como cidadãos-historiadores, para alterar o curso desse processo e viabilizar a construção de um futuro para o país, do seu horizonte de expectativas, que hoje o governo projeta apenas como de desconstrução (ou destruição) de políticas e do próprio Estado?

Além de mudarmos os óculos e apurarmos a nossa capacidade de ver, ouvir e sentir a nova linguagem e o ativismo de Jair Bolsonaro, de acordo com a metáfora de Miguel Lago, pode-se acrescentar também a necessidade que temos de ampliar o nosso “leque de aliados e possibilidades de representação do passado, sem obsessões com limites normativo-disciplinares” e de defender um pluralismo inapelável, que expanda a nossa imaginação política<sup>9</sup>, como bem nos sugere Arthur Lima de Ávila (2021, 164). A simples demonstração da inexatidão documental ou da falta de precisão do seu discurso negacionista, no entanto, não seria suficiente para desqualificá-lo perante a opinião pública, ainda que essa seja uma tarefa importante na nossa luta pelo direito à história, como acima já se referiu. Segundo Ávila, ao escolhermos um pretérito, escolhemos também “um presente e usamos aquele para legitimar e dar inteligibilidade a esse”, com importantes consequências éticas e políticas dessas opções<sup>10</sup>; portanto, “é igualmente básico chamar à atenção os sentidos para o passado e o presente construídos por essas intervenções” (2021, 165). Ainda na sua opinião, embora não se possa apenas ignorar o discurso negacionista, também não se pode “chamar seus autores ao debate em nossos fóruns, como se possuíssem legitimidade intelectual semelhante à da boa historiografia” (2021, 172-173).

A esse respeito, Luís Edmundo de Souza Moraes (2011) diz que os negacionistas se utilizam falsamente da ideia de revisão, que é inseparável da produção do conhecimento científico, como mecanismo legitimador das suas ideias, autodefinindo-se como membros de uma suposta Escola Histórica Revisionista, como se o seu falseamento do passado consistisse em mera questão de interpretação (ou de opinião). O que os negacionistas fazem, no entanto, “está

---

<sup>9</sup> O autor se refere ao conceito de “imaginação política”, de Ernest Laclau, mas não se pretende aqui avançar nessa discussão. Tomam-se de empréstimo apenas a citação e a apropriação desse conceito feita por Arthur Lima de Ávila em seu estudo sobre negacionismo histórico e pluralismo historiográfico.

<sup>10</sup> Essa reflexão do autor está baseada na visão de Hayden White sobre o passado e as suas relações com o presente, mas não se pretende aqui avançar nessa discussão. Tomam-se de empréstimo apenas a citação e apropriação dessa visão feita por Arthur Lima de Ávila em seu estudo sobre negacionismo histórico e pluralismo historiográfico.

longe de ser uma atitude de revisão própria do universo da prática científica” (Moraes 2013). No caso do extermínio nazista, por exemplo, Moraes (2013, 12) diz que a tentativa dos negacionistas de demonstrar sua inexistência “envolve desde o uso de afirmações falsas à menção de documentos inexistentes e à citação adulterada de documentos verdadeiros e de estudos sobre o nazismo e sua política de extermínio”. Nesses termos, diz o autor, a questão nova e decisiva sobre o negacionismo não é necessariamente o que eles dizem, mas o lugar que eles pretendem ocupar “para disseminar publicamente o seu programa político e o meio para fazê-lo: o lugar de historiadores profissionais e a produção de escritos que macaqueiam o formato de escritos acadêmicos” (2013, 15). Em sua opinião, como também já havia sugerido Ávila, cabe aos historiadores não reconhecer os negacionistas em nossos próprios fóruns, mas colocar o seu discurso noutra lugar, o de “falsificação politicamente motivada” (Moraes 2011, 15). O negacionismo é uma dupla fraude, uma

[...] historiografia falsificada, ou seja, de um texto que falsifica de forma consciente suas referências de legitimidade [...] [e um] passado falsificado, que também de forma consciente é produzido, ancorado na recusa de todos os indícios e evidências que o contradigam, reivindicando o caráter de proposições verificáveis sem sê-lo. (2011, 15)

Essas mesmas questões, entretanto, não se limitam ao campo historiográfico, mas são certamente válidas para o campo mais amplo da ciência – não se pode reconhecer como legítimo qualquer tipo de revisionismo dito científico com base em pressupostos não verificáveis. Isso consiste também em uma falsificação politicamente motivada, como acima definiu Moraes a respeito da historiografia. Nesses termos, de acordo com André de Macedo Duarte e Maria Rita de Assis César (2020, 10), o negacionismo se constitui numa política que deslegitima ou põe em dúvida não apenas “conhecimentos aceitos como verdadeiros pelas instituições sociais habilitadas para auferir tal qualificação”, como também a própria “autoridade dos cientistas e do método científico”; nesse sentido, é muito poderoso, “não somente porque produz confusões, dúvidas, incertezas, enganos e mesmo graves equívocos, mas também porque empodera aqueles que partilham tais visões de mundo”. Segundo eles, o uso intensificado das redes sociais também contribuiu para o fenômeno chamado de pós-verdade, tornando-se “fácil e rotineiro descartar a verdade factual” (2020, 11), o que claramente nos remete ao “império da opinião”, na já citada definição de Miguel Lago. Mais uma vez, como no campo historiográfico, porém, deve-se observar que os negacionistas não negam o discurso científico *tout court*, pois “o discurso negacionista também se ilustra na ciência” (Szwako 2020, 76), ainda que uma ciência falsificada, ou seja, uma não ciência. Como diz José Szwako (2020, 76-77), “o negacionista não é

irracional nem desinformado. Ele bebe das suas próprias fontes [...]. O negacionista é refém da sua verdade e da verdade da sua perversão”. Ele não desconhece a realidade, “apenas picota os indícios do real quando a realidade não lhe satisfaz”; portanto, por trás do seu não desconhecimento do real, “está a simples e triste verdade de que, aos sujeitos do negacionismo científico, assim como àqueles que hoje investem na negação da ditadura, a morte em suas imagens e monstruosidades lhes cai muito bem” (2020, 77).

Em síntese, todas as evidências disponíveis sobre o governo Bolsonaro, seus discursos e suas práticas políticas negacionistas e autoritárias nos permitem concluir que o Brasil de fato viveu naqueles anos um intenso processo de desdemocratização e destruição institucional, de negação do pluralismo e do outro. Por outro lado, embora sua derrota eleitoral tenha freado esse processo e demonstrado a capacidade de resistência e resiliência da democracia brasileira, isso não significou exatamente o fim das ameaças autoritárias e da intolerância política no país. Nesse sentido, talvez o governo Lula 3 se constitua numa espécie de período de transição para a construção de um novo modelo de democracia no país. Esse é um processo ainda em curso, precisamos estar alertas!

### Bibliografía

- 2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de ‘gripezinha’, o que agora nega. 2020. *BBC News Brasil* [online]. [Consulta: 11-07-2022]. Disponível em: <[www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536](http://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536)>.
- Alinsky, Saul. 1970. *Rules for Radicals*. Nova Iorque: Random House.
- Araujo, Valdei Lopes de. 2017. “O Direito à História: o(a) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída”. In: *Conversas sobre o brasil: ensaios de crítica histórica*, Guimarães, Géssica; Bruno, Leonardo e Perez, Rodrigo (orgs.), 191-216. Rio de Janeiro: Autografia.
- Ávila, Arthur Lima de. 2021. “Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico”. In *Revista Brasileira de História.*, 41 (87), 161-184.
- Avritzer, Leonardo. 2020. *Política e antipolítica*. São Paulo: Todavia.
- Barros, Diego. 2022. “Chega a 128 o número de mortos pelas chuvas em Pernambuco”. *CNN Brasil* [online]. [Consulta: 11-07-2022]. Disponível em: <[www.cnnbrasil.com.br/nacional/chega-a-128-o-numero-de-mortos-pelas-chuvas-em-pernambuco/](http://www.cnnbrasil.com.br/nacional/chega-a-128-o-numero-de-mortos-pelas-chuvas-em-pernambuco/)>.
- Behnke, Emilly e Rafael, Barbosa. 2021. “Bolsonaro: “Sempre disse que iria jogar dentro das 4 linhas da Constituição”. *Poder 360* [online]. [Consulta: 16-07-

- 2022]. Disponível em: <[www.poder360.com.br/governo/sempre-disse-queria-jogar-nas-4-linhas-da-constituicao-afirma-bolsonaro/](http://www.poder360.com.br/governo/sempre-disse-queria-jogar-nas-4-linhas-da-constituicao-afirma-bolsonaro/)>.
- Bobbio, Norberto, Nicola, Matteucci e Gianfranco, Pasquino. 1993. *Dicionário de política*. 5ª ed. Brasília: UnB.
- Caldeira Neto, Odilon. 2009. “Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história”. *Antíteses*, 2 (4), 1097-1123.
- Carta Capital. 2018. “Bolsonaro em 25 frases polêmicas”. *Carta Capital* [online]. [Consulta: 21-07-2022]. Disponível em: <[www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/](http://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/)>.
- Correio Braziliense. 2021. “Bolsonaro diz que Amazônia não pega fogo porque é “úmida”. *Correio Braziliense* [online]. [Consulta: 11-07-2022]. Disponível em: <[www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/11/4963262-bolsonaro-diz-que-amazonia-nao-pega-fogo-porque-e-umida.html](http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/11/4963262-bolsonaro-diz-que-amazonia-nao-pega-fogo-porque-e-umida.html)>.
- Croquer, Gabriel. 2022. “Chuvas tiram 232 mil brasileiros de suas casas até agora em 2022”. *R7* [online]. [Consulta: 11-07-2022]. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/cidades/chuvas-tiram-232-mil-brasileiros-de-suas-casas-ate-agora-em-2022-04062022>>.
- Dahl, Robert. 1997. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: EDUSP.
- Datafolha. 2022. “Datafolha - 2º turno”. *UOL Notícias* [online]. [Consulta: 23-07-2022]. Disponível em: <[www.uol.com.br/eleicoes/2022/pesquisas-eleitorais/datafolha/](http://www.uol.com.br/eleicoes/2022/pesquisas-eleitorais/datafolha/)>.
- Diário De Notícias. 2021. “Bolsonaro apela à compra de armas. “Povo armado jamais será escravizado”. *Diário de Notícias* [online]. [Consulta: 21-07-2022]. Disponível em: <[www.dn.pt/internacional/bolsonaro-apela-a-compra-de-armas-povo-armado-jamais-sera-escravizado-14067187.html](http://www.dn.pt/internacional/bolsonaro-apela-a-compra-de-armas-povo-armado-jamais-sera-escravizado-14067187.html)>.
- Dias, Rodolfo Palazzo. 2020. “A desdemocratização brasileira”. *A Terra é Redonda* [online]. [Consulta: 25-11-2023]. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/a-desdemocratizacao-brasileira/>>.
- Duarte, André de Macedo e César, Maria Rita de Assis. 2020. “Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia”. In *Educação & Realidade*, 45 (4), 1-22.
- Frisch, Felipe e Garcia, Larissa. 2022. “Mercado eleva projeção do IPCA de 2022 para 8,89% e do PIB, para 1,20% revela Focus”. *Valor Econômico* [online]. [Consulta: 11-07-2022]. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/06/06/mercado-eleva-projecao-do-ipca-de-2022-para-889percent-e-do-pib-para-120percent-revela-focus.ghtml>>.
- Inflação histórica Brasil – IPC. *Inflation* [online]. [Consulta: 11-07-2022]. Disponível em: <[www.inflation.eu/pt/taxas-de-inflacao/brasil/inflacao-historica/ipc-inflacao-brasil.aspx](http://www.inflation.eu/pt/taxas-de-inflacao/brasil/inflacao-historica/ipc-inflacao-brasil.aspx)>.

- Lago, Miguel. "Como explicar a resiliência de Bolsonaro?" In *Linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise*, Starling, Heloisa; Lago, Miguel e Bignotto, Newton (orgs.) 19-69. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- Levitsky, Steven e Ziblath, Daniel. 2018. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Marques, Ariane. 2022. "Tragédia em Petrópolis chega a 233 mortos; há quatro desaparecidos". *G1* [online]. [Consulta: 11-07-2022]. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2022/03/04/tragedia-em-petropolis-chega-a-233-mortos-ha-quatro-desaparecidos.ghtml>>.
- Moraes, Luís Edmundo de Souza. 2013. "Negacionismo, a extrema-direita e a negação da política de extermínio nazista". In *Boletim do Tempo Presente.*, 4, 1-22.
- — —. 2011. "O negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o passado". In *Anais do Simpósio Nacional de História*, 26, Ferreira, Marieta de Moraes (org.) 1-16. São Paulo: Associação Nacional de História.
- Nobre, Marcos. 2020. *Ponto final*. São Paulo: Todavia.
- Reis, Thiago e Sorano, Vitor (orgs.). 2023. "Mortes e casos conhecidos de coronavírus no Brasil e nos estados". *G1* [online]. [Consulta: 11-07-2022]. Disponível em: <<https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/>>.
- Santos, Wanderley Guilherme dos. 1998. *Décadas de Espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Soares, Ingrid. 2021. "Bolsonaro diz que apoiadores não aceitarão eleições sem voto impresso". In *Correio Braziliense* [online]. [Consulta: 21-07-2022]. Disponível em: <[www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/07/4939386-bolsonaro-diz-que-apoiadores-nao-aceitarao-eleicoes-sem-voto-impresso.html](http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/07/4939386-bolsonaro-diz-que-apoiadores-nao-aceitarao-eleicoes-sem-voto-impresso.html)>.
- Stabile, Arthur. 2022. "Com 214 casos em 2022, violência política cresceu 335% no Brasil em três anos". In *G1* [online]. [Consulta: 16-07-2022]. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/07/13/com-214-casos-em-2022-violencia-politica-cresceu-335percent-no-brasil-em-tres-anos.ghtml>>.
- Starling, Heloísa, Miguel Lago e Newton, Bignotto. 2022. *Linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Szwako, José. 2020. "O que nega o negacionismo?". In *Cadernos de Subjetividade*, 1 (21), 70-77.
- TSE. 2022. "Pílulas contra a desinformação: TSE tem página especial para desmentir fake News". *Tribunal Superior Eleitoral* [online]. [Consulta: 16-07-2022]. Disponível em:

- <[www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Junho/pilulas-contr-a-desinformacao-tse-tem-pagina-especial-para-desmentir-fake-news](http://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Junho/pilulas-contr-a-desinformacao-tse-tem-pagina-especial-para-desmentir-fake-news)>.
- UOL. 2022a. “O cara ficou em casa, apoiou e agora quer me culpar da inflação”, diz Bolsonaro. In *UOL Cultura* [online]. [Consulta: 11-07-2022]. Disponível em: <[https://cultura.uol.com.br/noticias/45657\\_o-cara-ficou-em-casa-apoiou-e-agora-quer-me-culpar-da-inflacao-diz-bolsonaro.html](https://cultura.uol.com.br/noticias/45657_o-cara-ficou-em-casa-apoiou-e-agora-quer-me-culpar-da-inflacao-diz-bolsonaro.html)>.
- — —. 2022b. “Bolsonaro critica lucros da Petrobras: ‘Quer ser campeã do mundo’”. In *UOL Economia* [online]. [Consulta: 11-07-2022]. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/05/16/bolsonaro-critica-lucro-petrobras.htm>>.
- — —. 2022c. “Bolsonaro, sobre o golpe de 1964: Sem ditadura, ‘seríamos uma republiqueta’”. In *UOL Notícias* [online]. [Consulta: 16-07-2022]. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/03/31/bolsonaro-obras-ditadura-militar.htm>>.
- Viana, Francisco José de Oliveira. 1939. *O idealismo da Constituição*. 2ª ed. São Paulo: Nacional.

### **Luciano Aronne de Abreu**

Professor Titular dos Programas de Pós-Graduação em História e em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Editor-Chefe da Editora Universitária da PUCRS. Coordenador do núcleo brasileiro da Rede Internacional dos Fascismos, Autoritarismos, Totalitarismos e Transições à Democracia (REFAT). <https://orcid.org/0000-0002-5375-694X>

**Contacto:** [luciano.abreu@pucrs.br](mailto:luciano.abreu@pucrs.br)

**Recebido:** 05/01/2025

**Aceito:** 19/04/2025

Copyright © 2025 The Author(s)

The text in this work is licensed under the Creative Commons BY 4.0 International License <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>.